



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Nutrição

BEATRIZ OLIVEIRA BLACKMAN MACHADO

**EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO
HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: UM
CAMINHO METODOLÓGICO POSSÍVEL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília

6 de dezembro de 2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

OOL48e Oliveira Blackman Machado, Beatriz
EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA E SAUDÁVEL: UM CAMINHO METODOLÓGICO POSSÍVEL /
Beatriz Oliveira Blackman Machado; orientador Anelise
Rizzolo de Oliveira. -- Brasília, 2019.
36 p.

Monografia (Graduação - Nutrição) -- Universidade de
Brasília, 2019.

1. Educação popular. 2. Segurança Alimentar e Nutricional.
3. Direito Humano à Alimentação Adequada. 4. Extensão
Universitária. I. Rizzolo de Oliveira, Anelise, orient. II.
Título.

BEATRIZ OLIVEIRA BLACKMAN MACHADO

**EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À
ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: UM CAMINHO METODOLÓGICO
POSSÍVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Nutrição, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Nutricionista.

Orientadora: Prof^ª Dra. Anelise Rizzolo de Oliveira

Brasília

6 de dezembro de 2019

Dedico este projeto à minha família que sempre esteve presente em todos os momentos de minha formação.

Dedico este trabalho à Ane, educadora-educanda e amiga, que me apoiou desde o momento em que nossas trajetórias se cruzaram na graduação.

Dedico este trabalho ao MultiplicaSAN.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estudar em uma das melhores universidades deste país. Reiterar que as universidades públicas têm um papel importantíssimo para do desenvolvimento social e científico do país, e isso não pode nunca ser desmerecido ou vendido para iniciativa privada. Viva a UnB!

Durante minha estadia nessa universidade aprendi mais do que nutrição, e acredito que esse é justamente o papel da universidade. Saio sabendo um pouco mais sobre psicologia, educação, cultura, saúde, empreendedorismo, entendendo um pouco mais sobre mim, o famoso autoconhecimento. Aliás, foi na universidade que me tornei/me tornando uma mulher negra, que tive espaço para me expressar e principalmente pensar, e pensar criticamente, por isso serei sempre grata.

Agradeço a minha mãe Antoinette Oliveira Blackman e ao meu pai Wesley Alves Machado, meus maiores exemplos de seres humanos. Obrigada por tentar me entender, me apoiar e respeitar o meu tempo para formar. Obrigada Vini, melhor irmão que poderia ter.

Agradeço a Ane pela oportunidade de participar do MultiplicaSAN, e ser monitora da disciplina de saúde coletiva, experiências que me renderam grandes aprendizados, e um deles foi esse trabalho, serei sempre grata. E por acreditar em mim nessa missão que foi o TCC.

Agradeço a Gabi, Pegê, Nay, Bru, Ana Bia, Anani, as primeiras integrantes do MultiplicaSAN, por me acolherem, pelas risadas, conversas e aventuras nas nossas viagens para Colinas.

Agradeço a Nina e a equipe do polo UnB Cerrado que acolheram o projeto e nos deram suporte antes e durante o curso.

E por fim agradeço a educação popular por estar sendo, em construção.

“Tantos anos de estrada
Fazem-nos chorar, até rir.
Mas não vamos desistir
De tão nobre empreitada.
Paulo Freire, Nhanduí,
Conselheiro, Canindé,
Pedro Teixeira de Sapé,
Milton Santos e Josué
Cumpriram bem o destino.
De litoral, cerrado e sertão.
Frei Caneca, Ganga
Zumba,
Zumbi e Dragão do Mar,
Chiquinha, também
Cartola,
Soltaram-se das argolas,
Cumprindo bem o destino.
De litoral, cerrado e sertão.
Bárbara de Alencar.
Manuel da Conceição
Resistiu no Maranhão,
Fazendo greve de fome,
Cumprindo bem o destino.
De litoral, cerrado e sertão.

Zumbi subiu a barriga,
Tapuias pro interior,
Negros sumiram no mar.
O Brasil se endividou.
Cinco séculos de massacre
Do povo trabalhador.
Histórias de arrepiar,
Encobertas pela elite,
Que a educação popular,
É bom até que se explique,
Veio problematizar
Quem nunca aceitou
palpite.
Toda visão fatalista.
As razões do opressor.
O preconceito elitista.
O determinismo histórico
Foi colocado por terra
E o Brasil ficando
eufórico.
Tudo isso bem centrado
Na escuta cuidadosa
Do camponês ao operário,
Na pesquisa e no encontro

Da práxis libertadora,
Do diálogo ao confronto.
Do ideal libertário
À obra do educador.
Paulo Freire,
Paulo Freire,
Tu não foste,
Tu ficaste.
A bandeira que içaste
É difícil derribar.
No coração do Brasil,
As batidas vitalícias
Desse sangue portentoso
Da educação popular.
Quem ama se expõe.
Quem não ama esconde.
O ódio incha o ser.
A amorosidade expande.
Quando a gente educa e se
deixa educar,
Esparge o que há de ser
livre em nós.”

(Ray Lima, Canto em Homenagem a Paulo Freire. Cantiga IX. 2013)

Sumário

Lista de figuras	8
Lista de abreviaturas e siglas	9
Resumo	10
Abstract.....	11
APRESENTAÇÃO.....	12
ARTIGO	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
Referências Bibliográficas	30
ANEXO I.....	32

Lista de figuras

- Figura 1 Localização de Colinas do Sul no Estado de Goiás
- Figura 2 Exemplo de Fio-lógico
- Figura 3 *Com-Trato*

Lista de abreviaturas e siglas

ABRANDH	Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAAS	Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
EP	Educação Popular
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PEAC	Projeto de Extensão e Ação Continuada
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UnB	Universidade de Brasília

Resumo

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, tornou-se uma questão política, no Brasil, no período de 2003 a 2016, contudo, a tarefa de manutenção de direitos sociais não estava concluída e hoje encontra-se politicamente ameaçada, demandando, a necessidade de conscientizar e mobilizar seguimentos da sociedade civil para compreensão crítica da realidade e retomada da construção de caminhos possíveis para a exigibilidade do direito e garantia da segurança alimentar e nutricional. Na Universidade de Brasília, em 2018 instituiu-se um Programa de Extensão e Ação Continuada, o MultiplicaSAN, dentre suas atividades estava a realização de um curso de formação e promoção da cultura de direitos visando a formação da sociedade civil nas temáticas de segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada e saudável, utilizando-se como referência a pedagogia freireana e os princípios da educação popular. Este trabalho buscou relatar a experiência e evidenciar as expressões pedagógicas dos princípios da educação popular ao longo do processo de ensino-aprendizagem da edição de 2018 do curso, realizado no município de Colinas do Sul- Goiás. A experiência proporcionou aprofundamento sobre a educação popular, mostrou a riqueza da construção do conhecimento junto com uma comunidade de trabalhadoras, e revelou a potência de um processo educativo que empodera educadoras e educandas. Por fim, o trabalho destacou o papel da extensão universitária em democratizar e gerar conhecimento junto à sociedade civil buscando promover uma cultura de direitos por meio de processos educativos populares.

Palavras-chave: Educação popular; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Extensão Universitária.

Abstract

Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate and Healthy Food became a political issue in Brazil from 2003 to 2016. However, the task of maintaining social rights was not completed, and today it is politically threatened, demanding the need to raise awareness and mobilize segments of civil society to understand this reality and resume the construction of possible paths to enforce the right and ensure food and nutritional security for all. At the University of Brasilia, an Outreach and Continued Action Program was instituted, named MultiplicaSAN, among its activities were to conduct a course to promote a culture of rights by empowering civil society in the themes of food and nutrition security and human right to adequate and healthy food, using Freire's pedagogy and the principles of popular education. This paper aims to report the experience of the first class of the course, held in the city of Colinas do Sul-Goiás, highlighting pedagogical expressions of the principles of popular education throughout the teaching-learning process. The experience provided insight into popular education, the richness of knowledge building with a working community, and revealed the power of an educational process that empowers educators and students. Finally, the paper highlights the role of university outreach in democratizing knowledge and knowledge building with civil society seeking to promote a culture of rights through popular educational processes.

Keywords: Popular education; Food and nutrition security; Human Right to Adequate Food; University Outreach.

APRESENTAÇÃO

Olá, bem vindo ao meu trabalho, gostaria de me apresentar. Sou a Bia, venho de uma família de classe média em Brasília, e hoje me reconheço enquanto mulher negra, estudante do curso de nutrição na Universidade de Brasília. Tive uma trajetória acadêmica bastante diversa, transitei em diferentes espaços na UnB, desde a Empresa Júnior até o Centro Acadêmico e a partir dessa minha inserção na universidade construí laços muito fortes com esse território que é a UnB.

Meu interesse pelo tema do trabalho vem desde a adolescência, quando acreditava no senso comum de que a educação tem o poder de mudar vidas e construir uma sociedade melhor. Mas até então, nunca me disseram que existem diferentes formas de educação e que nem todas levam a essa mudança na sociedade.

Só mais tarde aprendi que a educação tradicional é a que a maioria de nós vivenciamos na escola, dentro de uma sala de aula, cadeiras enfileiradas, a/o professora na frente detentor/a do conhecimento, transmitindo o saber para iluminar os não iluminados. E a educação popular é aquela que toca, que emociona, que tem afeto, que estimula a pensar e questionar, que te tira da cadeira, que te move, que constrói junto, que acontece em qualquer lugar, em roda e não em fileiras, na rua, com as pessoas e não para as pessoas. Essa última sim, tem o tal poder de transformação. É nessa última que passei a acreditar, que entendi na prática, e não em livros, estes vieram depois, para confirmar, questionar e repensar formas de fazê-la.

Assim concluo minha apresentação, e apresento o trabalho que você está prestes a ler.

A história desse trabalho começou em 2017. Eu estava como presidente da Empresa Júnior (EJ) de nutrição da UnB e uma professora da área de saúde coletiva do departamento de nutrição, Anelise, entrou em contato comigo para conversar sobre um novo projeto de extensão que ela estava escrevendo e uma possível parceria com a EJ: o MultiplicaSAN. Durante essa reunião quando ela me apresentou a ideia do projeto, conversamos sobre como os estudantes membros da EJ poderiam se inserir e apoiar as atividades do projeto, se teriam vagas para estudantes interessadas etc. e lembro de pensar: ‘quero muito participar desse projeto’.

Foi naquele semestre da graduação que me encantei pela Saúde Coletiva, e decidi que minha orientadora de TCC seria a Anelise, me candidatei e fui aprovada no processo seletivo como

sua orientanda. Nesse momento decidimos que o tema do estudo estaria vinculado ao o curso de Formação de Multiplicadores em SAN/DHAAS - MultiplicaSAN, que o projeto iria oferecer em 2018

Após aquela primeira reunião, uma próxima estava marcada para fevereiro de 2018 , com o objetivo de apresentar o Projeto à parceiros e colaboradores. Durante a apresentação, o que mais me marcou foi a intenção do Projeto em provocar uma cultura de direitos na sociedade e disseminar a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A partir desse encontro, o curso começou a ganhar corpo, a equipe foi definida, as reuniões para formação da equipe e planejamento dos encontros foram estabelecidas. No conjunto das reuniões, consegui participar dos encontros de formação da equipe, que nos prepararam para lidar com a metodologia, a educação popular e compreender melhor os temas da SAN e do DHAA fundantes do curso.

Nesse processo, de pensar o curso de formação, não tínhamos uma ferramenta de avaliação que fosse coerente com a metodologia utilizada, assim, meu papel foi criar essa ferramenta e conseqüentemente elaborar meu TCC sobre ela. Elaborei a ferramenta de avaliação que usamos no curso, mas ela não foi o foco do meu trabalho final. Depois de idas e vindas, decidi escrever sobre o curso em sua totalidade e dialogar com os princípios da educação popular.

Por fim, este trabalho de conclusão de curso, de acordo com o regulamento do curso de Nutrição, será apresentado no formato de artigo científico para publicação em periódico Qualis B4 (Nutrição). O sumário descreve as partes e anexos que organizam seu conteúdo.

Boas reflexões.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional¹ (LOSAN) “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”, juntamente com o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS), tornou-se uma questão política no Brasil, no período de 2003 a 2016², num contexto democrático de garantia de direitos e participação social na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Contudo, a tarefa de manutenção de direitos sociais não estava concluída e hoje encontra-se politicamente ameaçada, demandando, a necessidade de conscientizar e mobilizar seguimentos da sociedade civil para tomada de consciência, compreensão da realidade e para retomada da construção de caminhos possíveis para a exigibilidade do DHAAS e garantia da SAN.

Nesse contexto, socioeconômico-político, no âmbito das universidades públicas no Brasil, no tripé ensino-pesquisa-extensão o espaço da extensão é a ligação entre a sociedade e a universidade. Na Universidade de Brasília, instituiu-se, em janeiro de 2018, o MultiplicaSAN um Programa de Extensão e Ação Continuada (PEAC) que tem, entre suas atividades, a realização de um curso de formação de multiplicadores em SAN/DHAAS que promove cultura de direitos com o objetivo de empoderamento e formação da sociedade civil nas temáticas de SAN e DHAAS, proporcionando a construção do conhecimento para multiplicá-lo na comunidade e aquisição de habilidades para promover a mobilização social para a transformação da realidade da comunidade no contexto da garantia de direito³.

Na história da Educação Popular (EP) no Brasil, suas formas de atuação eram realidade desde as duas primeiras décadas do século XX sobre um panorama de desenvolvimento urbano-industrial do país⁴. Mas apenas na década de 1950 que as bases da Educação Popular apresentaram os primeiros sinais de forma oficializada⁴. Reforçando o seu caráter dinâmico, a EP foi entendida como medida de alfabetização da população para os governos militares; formação e organização de movimentos populares, principalmente das décadas de 70 a 80; formação de organizações e

movimentos populares para reivindicação de direitos e participação política, nas décadas de 90 a 2000^{5,6}. Assim, a EP foi/está sendo “definida” através das considerações que a vida permitiu ou exigiu⁹.

Em 2014, o marco institucional⁵ insere a EP, principalmente a partir da concepção freireana, nas políticas públicas no Brasil identificando princípios, que podem, de forma compreensível, guiar as ações em educação e construção de políticas públicas participativas e voltadas ao interesse da população^{7,8}.

Este estudo tem o objetivo de relatar a experiência do curso de Multiplicadores em SAN/DHAAS realizado no município de Colinas do Sul- Goiás, evidenciando as expressões pedagógicas dos princípios da educação popular ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma análise teórica de um curso de extensão universitária, através da concepção da educação popular, multiplicadoras em SAN e DHAAS.

As Pessoas

A equipe que trabalhou na organização do curso foi formada por duas professoras da Universidade de Brasília, três mulheres Nutricionistas colaboradoras e quatro estudantes da graduação em Nutrição da UnB, sendo três mulheres e um homem. Essas pessoas foram as/o educadoras/o que participaram ativamente de todas as etapas do curso.

Dentre elas, uma estudante, escritora do presente trabalho, ficou responsável por comparecer a alguns encontros e pensar o questionário de avaliação que seria utilizado ao final do curso. Assim essa estudante participou de três dos seis encontros do curso (1,5 e 6) e das reuniões de equipe como uma observadora-participante desse processo.

O curso, assim que confirmado, foi divulgado na cidade onde ocorreria principalmente de forma oral, a notícia chegou na escola municipal e o grupo de educandas formou-se com treze mulheres e um homem. A divulgação do curso foi feita pela equipe de uma docente pesquisadora do Polo da UnB Cerrado, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, localizado em Alto Paraíso de Goiás, administrado pela Faculdade de Planaltina, que atua na temática relacionada à soberania e

segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e preservação da biodiversidade do bioma cerrado. Assim as pessoas interessadas apareceram no dia e local divulgados para participarem do curso promovido pelo MultiplicaSAN.

O público foi formado por 14 pessoas sendo 13 mulheres e 1 homem que trabalhavam em diferentes áreas como educação, saúde, alimentação escolar, produção de alimentos e administrativa nos municípios de Colinas do Sul-GO e Alto Paraíso de Goiás-GO, a maioria delas vivia no primeiro município. A escolaridade do grupo, revelou-se predominantemente com ensino fundamental completo, algumas com ensino médio completo e uma cursando pós-graduação à distância. A maioria delas tinha em média, mais de 30 anos, com exceção de uma que tinha 17 anos (sendo filha de uma das mulheres).

Os Lugares

Os encontros do curso aconteceram em dois locais, sendo os três primeiros em Alto Paraíso de Goiás município do estado de Goiás com 6.885 pessoas segundo censo de 2010¹⁰, e os outros encontros em Colinas do Sul (Figura 1). Colinas do Sul possui uma população de 3.523 pessoas, com salário médio de 2,6 salários mínimos, com 39% da população tendo rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo¹⁰.

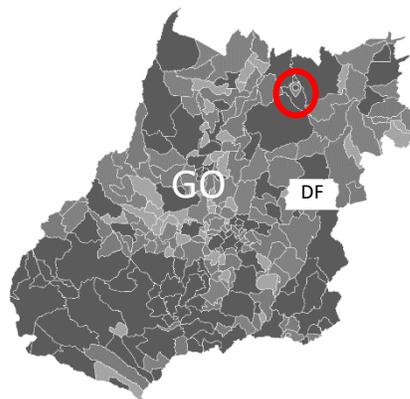


Figura 1. Localização de Colinas do Sul no Estado de Goiás

Formação Pedagógica da Equipe

O objetivo dessa etapa foi familiarizar a equipe, e sobretudo os estudantes, com os princípios da EP e os temas de SAN e DHAAS. A formação consistiu em dois dias, um dia de teoria no qual foram estudados, apresentados e discutidos os temas da SAN e DHAAS e os

princípios da EP, por meio de leitura de textos orientadores e rodas de conversa. E um dia com a parte prática, na qual os estudantes testaram a estrutura de um encontro e a realização de metodologias ativas e participativas, tendo de elaborar uma dinâmica de integração e uma que preparasse os participantes para a roda de conversa. Por fim, foi realizada uma conversa de avaliação sobre as atividades do processo de formação.

Na teoria de Paulo Freire o diálogo é um processo dialético-problematizador e por meio dele é possível olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como uma realidade inacabada e em constante transformação. Assim, segundo Freire “desde sua origem a metodologia não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica”¹¹, por isso, a roda de conversa escolhida como principal método usado no curso, estava presente também na formação pedagógica da equipe.

Planejamento

O curso foi baseado em dois documentos, o Caderno Metodológico para a Formação de Multiplicadores em SAN/DHAAS e o livro da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), intitulado ‘O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional’. O primeiro documento apresentava uma perspectiva de curso voltada para conselheiros e conselheiras dos Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA), e estrutura de 15 encontros. Já o segundo documento era um ‘livro-texto’ que abordava, de forma mais profunda, alguns dos conteúdos e temas que foram trabalhados no curso. Assim, o planejamento foi feito no sentido de reorganizar/adaptar os temas, conteúdos e as metodologias a seis encontros de oito horas cada e ao público de educandas que era esperado. Bem como, a organização das duplas de facilitadoras para cada encontro, datas, logística de deslocamento, materiais necessários etc.

O plano final, então, foi realizar o curso em sábados alternados, iniciando em abril e finalizando em junho de 2018, com o total de seis encontros de 8 horas cada. E os temas abordados foram: 1) História da SAN e DHAAS; 2) Intersetorialidade e circuitos alimentares: conhecendo as etapas do sistema alimentar; 3) As violações e exigibilidade do DHAAS e os Desafios, potencialidades e construção de competências; 4) Colocando o DHAAS em prática e conceitos básicos sobre Políticas Públicas, o SISAN e seus componentes; 5) Conhecendo o SISAN no nível local, Democracia e cidadania; 6) Papel da sociedade civil.

Segundo a teoria de Freire, a conscientização é o primeiro objetivo de toda educação e ela se dá no desenvolvimento crítico da tomada de consciência, ou seja, superando a consciência intransitiva a qual é a incapacidade do ser humano de objetivar a realidade em que vive; e a ingênua, na qual se percebe a contradição social, mas ainda limitasse ao conformismo¹¹. Portanto, a ordem dos temas geradores apresentados acima, foi planejada pensando em criar uma consciência crítica (encontros 1 ao 5) que ao final possibilitasse a práxis dos sujeitos na sua realidade (encontro 6), agora compreendida de forma crítica e gradativa.

Um ponto importante para escurecer¹² é a denominação que os ‘conteúdos’ têm na teoria de Paulo Freire, na qual são chamados de *temas geradores*. Em uma nota de rodapé ele explica que temas geradores são aqueles que “independente da natureza de sua compreensão, ou da ação por eles provocada, contêm em si a possibilidade de se desdobrar em outros tantos temas, que por sua vez, provocam novas tarefas a serem cumpridas”¹³. Essa concepção favorece o diálogo na medida em que a educadora e educandas não se sentem presas ao dilema conteudista da educação tradicional, mas ao mesmo tempo há uma confiança no grupo para que ele gere as reflexões necessárias para a compreensão sobre o tema em pauta. E para que isso aconteça a equipe precisa ter um entendimento real de suas intenções com a atividade proposta.

Os Encontros

A logística de preparação para os encontros ocorreu semanalmente durante as reuniões de equipe. As facilitadoras responsáveis, na semana anterior ao encontro, apresentavam a proposta de atividades, os ajustes necessários eram feitos coletivamente e a proposta era fechada. Com o fio-lógico (Figura 2) acordado, na semana em que ocorreria o encontro, os materiais necessários eram separados e preparados para a viagem. Os três primeiros encontros aconteceram em uma escola da rede municipal em Alto Paraíso de Goiás e os três últimos em uma escola em Colinas do Sul.

ENCONTRO 1				
AULA 01: HISTÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
HORÁRIO	MOMENTO/ CONTEÚDO	O QUE ACONTECE	MATERIAL/ AMBIENTE	OBSERVAÇÕES
08h	PREPARAÇÃO DE BOAS VINDAS	Criar ambientação com música e um varal de estímulos. Receber cordialmente os participantes.	Barbante, imagens, pregadores. Equipamento de som e música.	Músicas e imagens devem ser escolhidas pelo facilitador com referências locais Música começa ao menos dez minutos antes Estimular que o participante interaja com o local antes de começar o evento
08h10	CRIAR CONTEXTO	Apresentar-se e apresentar os objetivos do processo de formação. (10min)	Cadeiras em círculo	

Figura 2. Exemplo de Fio-lógico

Todos os encontros seguiram uma estrutura básica que consistiu na chegada com café da manhã e uma dinâmica de entrosamento; discussão e debate do tema 1; almoço; dinâmica de retomada; discussão e debate do tema 2 e dinâmica de fechamento. Para cada encontro, ficavam duas facilitadoras responsáveis por coordenar as atividades e as estudantes responsáveis por planejar as dinâmicas de entrosamento e de retorno do almoço, e pelo apoio.

Avaliação

A avaliação, mantendo a coerência com a metodologia, foi um processo que ocorreu ao longo do curso e foi dividida em diferentes etapas, de modo a colaborar com o processo pedagógico.

Do ponto de vista da gestão: após o término de cada encontro, ocorreram reuniões informais de avaliação feitas pela equipe responsável e na reunião semanal de planejamento era feito o compartilhamento e avaliação formal do encontro passado, possibilitando assim, que as responsáveis pelo encontro seguinte (re)planejassem o fio – lógico com os encadeamentos a partir do encontro anterior. Além da avaliação da equipe, conversas de avaliação também foram realizados junto às educandas, ao final de cada encontro, permitindo ajustes e co-planejamento ao longo do caminho.

Em relação ao desempenho dos participantes: foi realizado um trabalho final, aonde a turma foi dividida em grupos e cada grupo identificou uma violação de DHAAS, propondo um plano de ação.

Além disso, houve um momento para avaliação geral do curso e das educandas, o qual foi realizado no último encontro por meio da aplicação de um questionário e rodada de avaliação final com a participação de toda a equipe. O questionário foi organizado com perguntas fechadas e abertas sobre o processo de aprendizagem, a logística, organização dos encontros, metodologias e o trabalho da equipe.

Dessa forma, se obteve uma visão global e pedagógica do processo de trabalho, da execução das atividades em tempo real, e da percepção das educandas sobre as educadoras.

Configurando-se assim um processo de ação-reflexão, ou seja, o saber que (re)alimenta criticamente o fazer cujo resultado incide novamente sobre o saber continuamente ^{11,14}.

Marco Analítico

A Política Nacional de Extensão Universitária, traz o conceito da extensão sendo:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.”¹⁵

O curso em questão é uma das ações do PEAC, e além de abarcar o conceito da extensão, acrescenta a educação popular como eixo pedagógico-metodológico em todas as suas etapas. Por isso, para análise e discussão do curso na perspectiva da EP foi utilizado o Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas⁵ por ser um documento institucional onde são definidas as bases para inserção da EP nas políticas públicas. Ele apresenta como princípios a amorosidade; dialogicidade; conscientização; partir da realidade concreta; transformação do mundo e da realidade; construção do conhecimento; e sistematização do conhecimento. Desse modo, as atividades realizadas no âmbito do curso de formação foram analisadas e discutidas segundo esses princípios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amorosidade e dialogicidade

A amorosidade, que permeia todas as obras de Paulo Freire, se materializa no afeto, que usando o prefixo *com-* fortalece a ideia de compromisso consigo e com o outro. Para o educador “o ato de amor está em comprometer-se com a sua causa. A causa de sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” ^{16,13} daí a (in)diferença dos conceitos freireanos da amorosidade e dialogicidade, um não acontece sem o outro e o outro não é possível sem o um.

Nessa perspectiva, a atividade do *Com-trato* realizada no primeiro encontro do curso foi uma atividade que de forma direta pretendeu mostrar que as educadoras estavam se

comprometendo com as demandas e necessidades das educandas. O *Com-trato* (Figura 3) foi produzido por meio do diálogo entre todas presentes para que fossem definidas as regras de convivência do grupo. No documento coletivo ficou nítida a necessidade das educandas de ter espaço para a fala e a escuta, e que essas regras poderiam ser mudadas ao longo dos encontros se o grupo desejasse.

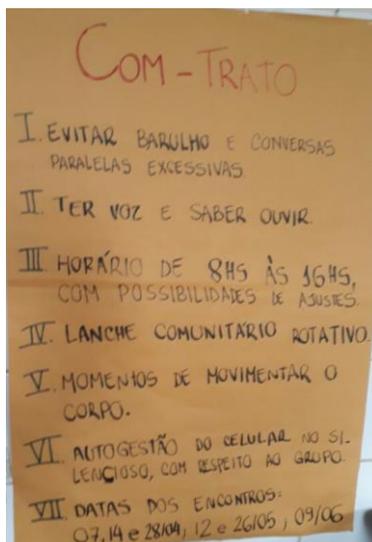


Figura 3. *Com-Trato*

Para que se dê o diálogo, o amor é uma das condições necessárias¹². Por isso, o início de todos os encontros foi marcado pelo café da manhã compartilhado.

“Sentamo-nos à mesa para comer. Sentamo-nos com a nossa família, a comunidade. Repartimos o que está sob nossos olhos. Todos comem o que e quanto querem. Não há diferença, não há privilégios. Ninguém é mais que ninguém. Ninguém é menos que ninguém”¹⁷

As comidas eram trazidas ora pelas educadoras ora pelas educandas, e nesse momento criou-se uma atmosfera de aconchego em cada um dos encontros, possibilitando um vínculo entre as educadoras e educandas, bem como um conhecimento sobre a cultura e a realidade daquelas mulheres¹⁸.

Segundo Paulo Freire, o diálogo se faz numa relação horizontal¹³, assim a organização da sala em roda também foi um elemento que esteve presente em todos os encontros uma vez que o

círculo, ao contrário da organização em fileiras por exemplo, permite que todas se olhem de maneira igual e não pressupõe que haja uma única pessoa que demanda a atenção de todos pois é detentor do saber, como a estrutura em fileiras estabelece. Ao sentarem-se na roda educadoras e educandas, o diálogo perpassou a todas e todas compartilharam a construção do conhecimento.

Paulo Freire¹³ estipula três pré-condições para o diálogo, o amor ao mundo e aos *homens*, a humildade e a fé nos *homens*. Traduzir essas condições em palavras é uma agenda difícil, mas segue uma tentativa de ilustrar-los: na dinâmica realizada no primeiro encontro, depois de dialogar sobre os temas de história da SAN e Direitos Humanos, as educandas tiveram de criar uma cena sobre uma violação de direitos, e a partir da reflexão sobre essas cenas apresentadas houve relatos delas sobre violações sofridas por elas na comunidade em que vivem. Paulo freire escreve que “Seria uma contradição se amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos”¹³.

Mas para além das condições que possibilitam o diálogo, a metodologia também deve ser conscientizadora e proporcionar concomitantemente, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência sobre eles.¹¹

Construção do conhecimento

No processo educativo, apreender e produzir conhecimento são momentos centrais no ciclo de aprendizagens capazes de articular a teoria e a prática, entre o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes das educandas. Se tomarmos a educação popular como pressuposto, cabe considerar que não há conhecimento mais ou menos importantes, válidos ou não, mas distintos saberes^{5,14}. Por ser um dos momentos centrais, a construção do conhecimento, assim como amorosidade e dialogicidade, foi um eixo transversal no curso. Como eixo transversal poderá ser percebido ao longo da discussão sobre os demais princípios.

Por meio das metodologias utilizadas, a equipe buscou partir do conhecimento e da cosmovisão das educandas sobre os temas, e construir novos conhecimentos a partir dessas trocas. Alguns resultados provenientes dessas trocas foram por exemplo a construção da árvore de políticas públicas, a teoria da cebola e os circuitos alimentares. Resultados que podem ser vistos como processos de criação mediante processos de aprendizagem¹⁶, os quais em Freire são análogos a conhecer/conhecimento que está “aderido” às pessoas¹¹.

Para que esse movimento acontecesse, uma crença da equipe de educadoras era a de que “Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo”¹⁹, partindo dessa concepção, a valorização do conhecimento intrínseco às educandas foi um desafio e ao mesmo tempo surpreendente. A cada encontro, esse jogo cooperativo ²⁰ entre saberes produziu novos conhecimentos, que pertencem àquele grupo de educadoras e educandas, numa experiência irrepetível.

Conscientização e Partir da realidade concreta

A autora/professora/feminista/ativista negra Bell Hooks ²¹, lembra que Freire “nunca falou da conscientização como um fim em si, mas sempre na medida em que se soma a uma práxis significativa”. A conscientização implica pois que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica ^{5,14}. O processo de conscientização nessa perspectiva não é meramente fazer com que os sujeitos tomem consciência sobre sua realidade e as relações que a constitui, mas que essa conscientização leve a uma práxis, a uma ação para mudar aquela realidade percebida.

Esse processo só é possível se a realidade dos sujeitos for tomada como objeto de estudo e temática geradora do processo educativo. Assim, outro princípio da educação popular é Partir da Realidade Concreta, o qual supõe levantar tanto a visão de mundo dos educandos, quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas ⁵. Isto é, a EP busca romper com uma perspectiva de educação bancária ²², sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido de passar pelas fases/etapas da tomada de consciência sobre os temas geradores do curso, as ferramentas como vídeos, estudos de casos, construção de cenas, jogos, e materiais gráficos, sempre precedidas, permeadas e procedidas pelo diálogo do grupo favoreceram a compreensão da realidade dos sujeitos que por meio do afastamento olham e veem a totalidade dos problemas e posteriormente se debruçam sobre os seus subtópicos¹³.

Como exemplo, no terceiro encontro foram trabalhados mais a fundo os temas de Direitos Humanos e DHAAS. Como dinâmica de apreensão e prática dos conceitos discutidos foram usados dois estudos de caso de violações do DHAAS, um sobre a rotulagem e identificação de alimentos transgênicos e outro sobre a alimentação escolar, depois da exposição do tema e debate do grupo,

foram identificados os titulares de direitos e portadores de obrigações em cada uma das situações, e ainda se discutiu os obstáculos para a garantia dos Direitos Humanos à população.

Baseado nesse exemplo também é possível demonstrar que a partir do conhecimento da realidade e da situação apresentada em sua totalidade as educandas compreenderam tanto os conceitos ditos acadêmicos como ‘exigibilidade’ e ‘titulares de direito’, como ações e meios efetivos de cobrar e fazer cumprir os seus direitos. Tanto que uma das ações elencadas pelo grupo foi o boicote ao consumo de produtos transgênicos e a necessidade de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar na região, por exemplo.

Em a *Ética da Libertação*, Enrique Dussel, professor/filósofo/historiador latino corrobora com o princípio da conscientização, e defende que a razão crítica, ou seja,

“o (auto)reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos, etc. e discriminados: mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes, etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias, negadas pelo sistema-mundo vigente exerce uma ação crítico desconstrutiva (conscientização)”²³

Esse movimento [ético-libertador] passa pela constatação da existência do oprimido, em sua condição de ser que tem negado o direito à vida; o seu reconhecimento como ser humano, constituindo-se num dever ético, a crítica ao sistema, apontando à necessidade de se transformarem as causas que originam a exclusão social²³.

Foi possível verificar a convergência de concepção entre Freire e Dussel, pois neste tema gerador o debate não se limitou a questões técnicas sobre Direitos Humanos, mas suscitou diálogos e apurou a percepção das educandas sobre as desigualdades sociais e os preconceitos, que determinam quem tem e quem não tem acesso ao rol de direitos na sociedade.

Transformação do mundo e da realidade

Seguindo do ponto anterior, o próximo passo da conscientização, segundo Freire, é a práxis. Desse modo, a práxis em Freire pode ser entendida como “a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a prática que conseqüentemente decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”^{16,14}. Outro ponto levantado nesse princípio é o de que um processo educativo apoiado na educação popular procurará tornar as

pessoas sujeitos de direitos, protagonistas dos seus destinos e contribuintes na transformação⁴, bem como estar mais preparado para exercer a autonomia nos desafios do dia a dia²⁴.

Durante o curso, a necessidade de ações para mudança da realidade ficou evidente, principalmente nos encontros finais, quando os temas giraram em torno da participação social, democracia e cidadania. Uma das atividades mais marcantes para as educadoras foi o trabalho final, no qual as educandas tinham que identificar e analisar uma situação de violação de direitos na comunidade e propor um plano de ação para garantia desse direito. Ao final, foram apresentados oito trabalhos. Para fins deste estudo, foram selecionados dois trabalhos para análise e discussão.

Um deles foi o caso de um trabalhador que recebia benefícios da assistência social como cesta básica e transferência de renda pelo Bolsa Família. Esse trabalhador, percebendo sua necessidade, iniciou uma pequena plantação de arroz para comercialização. Porém, depois de os vizinhos ficarem sabendo disso e uma visita de assistentes sociais na residência, o benefício foi cortado e a situação de insegurança alimentar desse trabalhador piorou. Assim, para evitar que mais pessoas passassem por isso, a dupla do trabalho definiu que o plano de ação seria a criação de um COMSEA em Colinas e elencaram seus principais representantes nas instâncias governamentais e da sociedade civil, baseados na realidade local.

Outro caso foi sobre uma ponte que fazia a conexão entre a área urbana e rural do município, e que devido ao alto volume de chuvas, tinha caído, impossibilitando a travessia dos agricultores para comercializar seus produtos na cidade. Após identificarem a violação de direitos, a dupla responsável pelo trabalho entrou em contato com a prefeitura para entender a demora em reconstruir a ponte e cobrar providências do Estado. Mostraram com o plano de ação, a necessidade de articulação entre a população e a prefeitura, ou seja, a estratégia de participação social a partir da organização da comunidade para resolver o problema.

Os trabalhos acima revelam uma compreensão qualificada dos temas dialogados nos encontros, e a capacidade de elaborar alternativas concretas de resolução de problemas e/ou harmonização de conflitos com/a partir da participação da comunidade, ao contrário das propostas anteriores focadas no indivíduo e/ou na filantropia.

Nesse ponto percebe-se a desmitologização da realidade^{16,13}. Paulo Freire quando fala sobre a alfabetização diz que “é uma tentativa corajosa de desmitologização da realidade, um

esforço através do qual, num permanente tomar distância da realidade em que se encontram mais ou menos imersos, os alfabetizados dela emergem para nela inserirem-se criticamente”²². No contexto do curso, o diálogo juntamente com as atividades realizadas, promoveram a desmitologização enquanto resultado e processo durante os encontros.

Nos dois casos apresentados é possível verificar diferentes níveis de engajamento e transformação da realidade, e que refletem diferentes níveis da EP. Segundo Freire, uma vez que “há lutas populares que são organizadas, são sindicais, são partidárias ou regionais. Há lutas cotidianas, lutas diárias de buscar água, lutas que têm sua forma de ensinar e aprender a sobrevivência”⁹, há então diferentes graus de educação popular, para subsidiar e transformar diferentes realidades.

Sistematização do conhecimento

O último princípio apresentado pelo Marco de Referência⁵ é o da sistematização. Dentro da teoria de Freire pode-se entender esse princípio como parte do processo constante de ação-reflexão-ação, onde sistematizar é a apropriação da experiência bem como sua “interpretação crítica [...] que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”²⁵.

Assim, a sistematização permite:

“[...]descubrir, a partir de la identificación de los aciertos y errores de los proyectos y de los participantes, los elementos claves que influyeron en la obtención de determinados resultados; y, por tanto, compartir las lecciones que pueden ayudar a mejorar las prácticas de intervención”²⁶

Nessa perspectiva, esse processo se deu na escrita desse texto, o qual se propõe a servir de registro do processo de reflexão acerca da experiência vivida no primeiro curso do projeto de extensão. Compartilhando da visão de Oscar Jará Holiday²⁵ sobre o que é a experiência, “[...] são processos sociais dinâmicos: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais complexos, em que se inter-relacionam, de forma contraditória, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos”.

A partir da riqueza de conhecimentos gerados no processo de sistematização, algumas ideias para sua utilização podem ser delineadas uma, ligada diretamente a geração de novos conhecimentos que servirão de instrumento para realimentar futuras práticas/ações e pessoas inseridas na própria experiência e em seu contexto; e a outra seria ligada a comunicação, por possibilitar o compartilhamento de saberes, das ações e informações entre pessoas, grupos e instituições, com potencial para influenciar atores/atrizes como gestores públicos, cidadãos, etc²⁷.

A sistematização dessa experiência cumpre o papel de registrar o percurso pedagógico-político do contexto da formação das educandas e educadoras, além disso mostrou-se a potencialidade da extensão universitária enquanto um processo transformador e realizador da práxis mesmo com as limitações de infraestrutura, financeiras e visibilidade institucional existentes no cenário da instituição.

Limitações observadas

No projeto, os temas geradores foram planejados anteriormente, sem consulta às educandas, em função da estrutura institucional que demanda aprovação prévia do projeto de extensão, contudo, já estava previsto flexibilidade ao longo dos encontros, para que adaptações e ajustes fossem realizados em diálogo permanente com as educandas e de acordo com a realidade vivenciada. Segundo Paulo Freire¹³, a escolha dos temas geradores deve ser feita com e para a comunidade, no caso, as educandas, pois somente a partir da sua realidade, da situação presente e concreta, é possível organizar o conteúdo programático da educação.

Sobre a práxis/transformação da realidade inerente a teoria aqui apresentada, entende-se que a educação popular apresenta níveis diferentes⁹ e considerando as limitações do processo educativo do curso, como a impossibilidade de um acompanhamento a médio prazo, aliada a falta de recursos institucionais suficientes para custear todas as etapas e atividades do projeto, como compra de materiais, transporte, acomodação etc. não foi possível visualizar mudanças concretas na realidade da comunidade.

Porém, igualmente importante (re)lembrar que “a educação não transforma o mundo, a educação muda pessoas, as pessoas transformam o mundo”¹³ e ao final do curso as educandas estavam empoderadas e mais conscientes sobre os problemas da comunidade e tinham planos de como enfrenta-los. E as educadoras certas de que o trabalho naquela comunidade fora significativo e a experiência gratificante.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o presente trabalho cumpriu com seu objetivo de propor uma reflexão sobre o processo de aprendizagem ancorado nos princípios da educação popular definidos pelo Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas.

A experiência relatada demonstrou a indissociabilidade e (in)diferença dos princípios e conceitos da EP, confirmando que sua fundamentação teórica pode servir de base do saber - fazer para o como - fazer tendo o curso nas temáticas de SAN e DHAAS como exemplo.

A experiência proporcionou aprofundamento sobre conceitos e entendimentos em EP, a riqueza da construção do conhecimento junto com uma comunidade de trabalhadoras, e revelou a potência de um processo educativo baseado na educação popular em construir conhecimento e provocar transformações com/para educadoras e educandas.

Por fim, o trabalho destaca o papel da extensão universitária em democratizar e construir conhecimento junto à sociedade civil buscando promover uma cultura de direitos por meio de processos educativos populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fiquei felizes com o resultado do trabalho, e muito mais felizes durante a sua construção. Nessa trajetória aprendi que a dialogicidade inicia-se na definição dos temas geradores junto à comunidade, e essa já é uma inovação que ajudei a planejar para a edição de 2020 do curso. O que, particularmente, me trouxe um alívio, porque um dos meus medos de escrever o TCC era justamente que o meu trabalho não servisse no mundo real, extra-papel.

Ao longo do trabalho reconheço que não foram abordadas ou ficaram inconclusos, as questões de gênero, raça e etnia, e de território. Em parte, por conta da limitação de tamanho do artigo, em parte pela intenção de falar a partir de uma abordagem metodológica e não sobre aquelas mulheres. Mesmo entendendo que as pessoas envolvidas foram fundamentais para que a experiência acontecesse, escolhi dar luz ao processo em si.

Destaco a questão de raça uma vez que as/os leitoras/es perceberão através das fotos apresentadas ao final, que muitas das mulheres que participaram do curso são negras. E que em alguns momentos do curso situações de racismo se misturavam a situações de violação de direitos, mas nem sempre foram apontadas como tal. Em especial a falta da problematização sobre raça, reflete minha demora em iniciar o processo de me tornar mulher negra, esse início se deu apenas no semestre anterior a construção desse texto, e continua se dando o me traz imaturidade e insegurança em inserir reflexões sobre racismo. Para além da minha trajetória pessoal com a questão, no grupo do projeto de extensão discutimos a incorporação de uma visão mais interseccional nas nossas próximas ações.

Espero que a leitura desse texto tenha alimentado reflexões e novos diálogos em prol da defesa da educação popular, da SAN e do DHAAS.

Seguiremos lutando e resistindo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Lei Nº 11.346; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil; 2006.
2. Cruz PJSC. Apresentando: um livro construído com saberes que nasceram de espaços de encontro, formação e luta em Nutrição Social a partir da Educação Popular em comunidades. In Pedro José Santos Carneiro Cruz. et al. o. Educação popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: Editora da UFPB; 2014.
3. Pasquim EM, Recine E. Contribuições da extensão universitária para a construção de conhecimento em segurança alimentar e nutricional. Demetra. 2017; p. 539-559.
4. Rego NRP. Educação Popular, educação libertária e os movimentos sociais como meios de insurgência e resistência em nossas terras. Revista de Ciências da Educação. 2018 outubro: p. 163-188.
5. Brasil. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social, Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã; 2014.
6. Gadotti M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. 2012 Dez: p. 10-32.
7. Pontual PdC. Educação popular e incidência em políticas públicas. Revista e-Curriculum. 2017: p. 62-81.
8. Vasconcelos EM, Vasconcelos MOD, Silva MOd. A contribuição da Educação Popular para reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. 2015: p. 89-106.
9. Freire P, Nogueira A. Que fazer: Teoria e Prática em educação popular. 4th ed. Petrópolis: Vozes; 1993.
10. IBGE. [Online].; 2019 [cited 2019. Available from: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraiso-de-goias/panorama>.
11. Streck DR, Redin E, Zitkoski JJ. Dicionário Paulo Freire Belo Horizonte: Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2010.
12. Carvalho LF. Estratégias Descoloniais: Notas sobre a desobediência epistêmica. Revista da ABPN. 2015: p. 190-201.
13. Freire P. Pedagogia do oprimido Rio de Janeiro: São Paulo:Paz e Terra; 2018.
14. Freitas ALCd, Freitas LAdA. A construção do conhecimento a partir da realidade do educando. RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional. 2018: p. 365-380.

15. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus;; 2012.
16. Danilo R. Streck. Euclides Redin JJZ. Dicionário Paulo Freire Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2010.
17. Heck S. O ato de comer. Brasília; 2017 [cited 2019 outubro 19. Available from: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2015/o-ato-de-comer>.
18. Lima RdS, Neto JAF, Farias RdCP. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde. 2015: p. 507-522.
19. Freire P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam São Paulo: Autores Associados: Cortez; 1989.
20. Brotto FO. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999.
21. Hooks B. Ensinando a transgredir São paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2017.
22. Farias AF. O método de Paulo Freire e sua atualidade no contexto educacional brasileiro. Boletim GEPEP. 2013: p. 40-53.
23. Oliveira IA, Dias AS. Ética da Libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. Conjectura. 2012 set./dez: p. 90-106.
24. Calado AJF. Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade. 2001.
25. Holliday OJ. Para sistematizar experiências. Série Monitoramento e Avaliação: Ministério do Meio Ambiente. 2006.
26. PESA/FAO. Guia Metodológica de Sistematización. Honduras;; 2004.
27. Instituto Marista de Solidariedade. Sistematização de experiências em economia solidária. Brasília;; 2009. Report No.: Caderno 2 da Série "Marista social".

ANEXO I



Figure 1 Dinâmica do alongamento poético



Figure 2 Dinâmica da escultura



Figure 3 Disposição das cadeiras em formato de roda



Figure 4 Mesa de café da manhã



Figure 5 Momentos de comensalidade

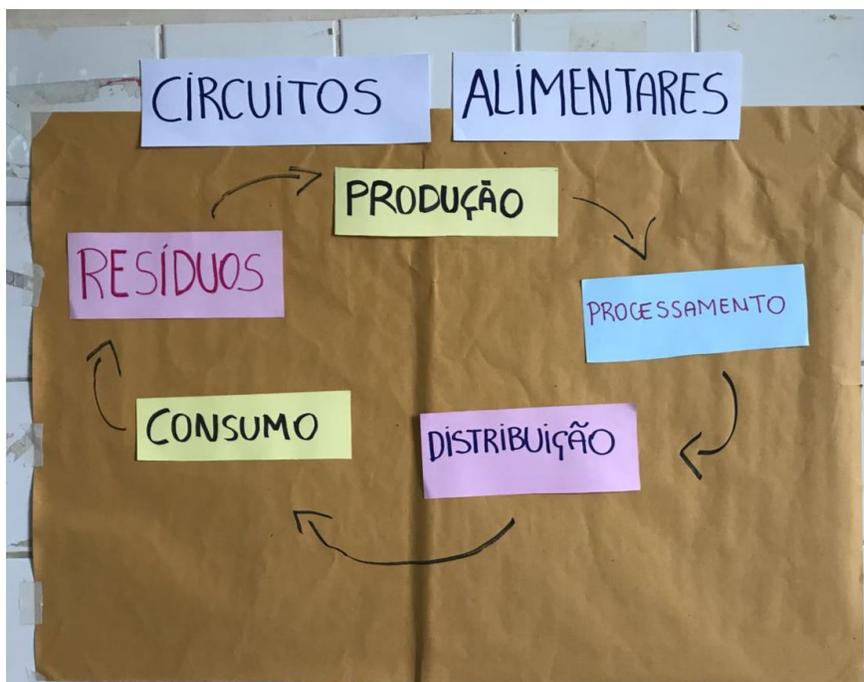


Figure 6 Representação das etapas do crcuito alimentar

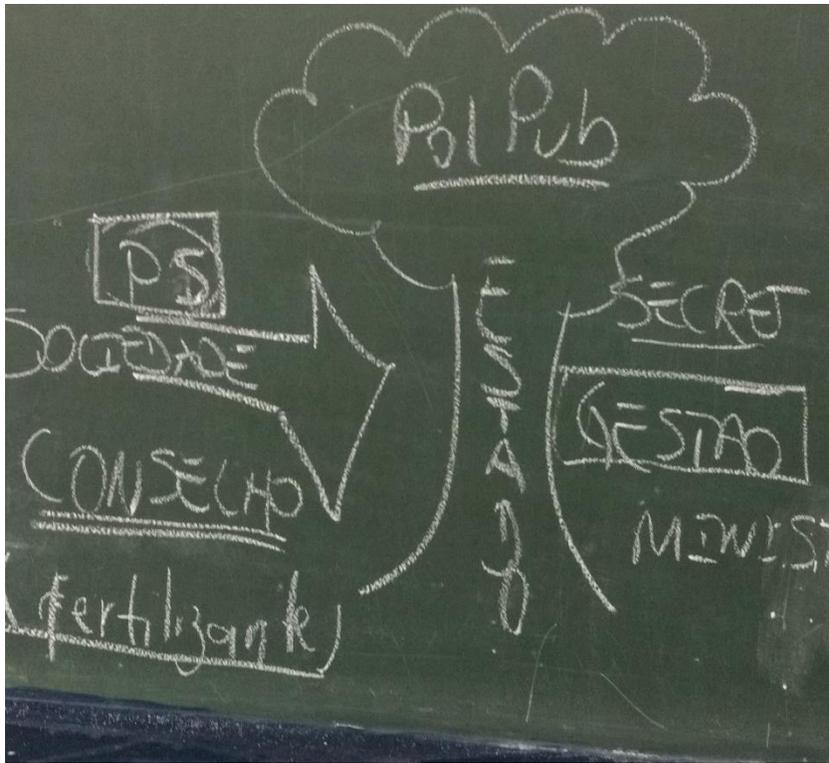


Figure 7 Árvore de políticas públicas

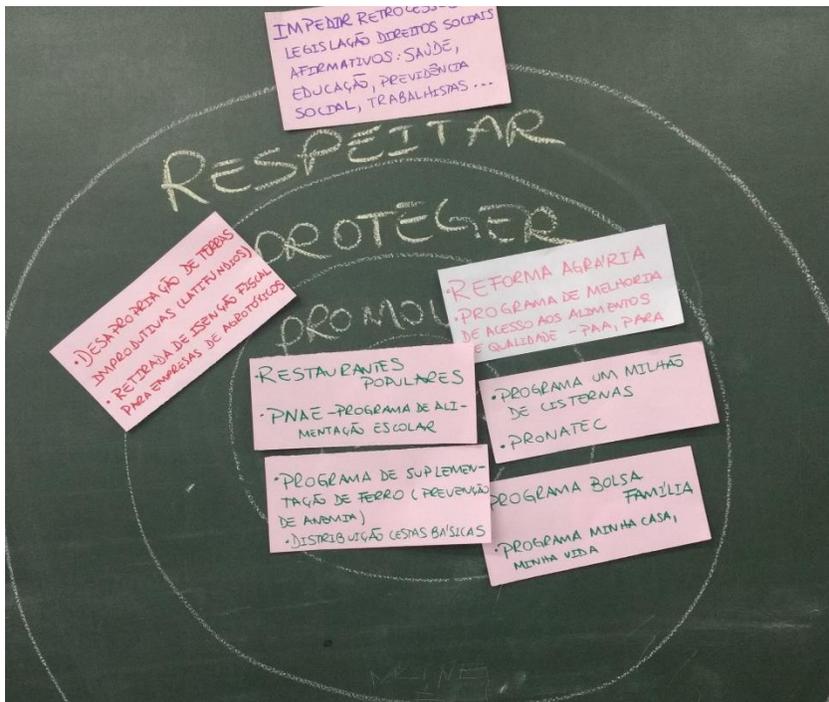


Figure 8 Teoria da cebola

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Multiplica SAN

1) COMO VOCÊ AVALIA CURSO?

Avalie o curso, a partir dos seguintes itens:

Itens	0 a 10
Metodologia (rodas de conversa, práticas...)	
Duração do curso (horário de início e final)	
Dinâmicas (início do dia, depois do almoço)	

2) PENSANDO NO QUE VOCÊ SABIA QUANDO COMEÇOU O CURSO, DE 0 A 10 O QUANTO VOCÊ

AVALIA QUE VOCÊ SABE OS CONTEÚDOS?

Avalie o quanto você sabia no início e no final do curso:

Itens	Início do curso	Final do curso
Direito humano à alimentação adequada e saudável		
Cidadania e democracia		
Participação social		
Circuito alimentar		
SISAN, CONSEA, CAISAN		
Segurança alimentar e nutricional		

3) COMO VOCÊ AVALIA A EQUIPE?

Itens	0 a 10
Respeito com você e com o grupo	
Soube ouvir	
Deu espaço de fala	
Se colocou no lugar dos outros	
Acolhimento	
Falou de forma clara	
Organização	

4) COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO CURSO?

Faça uma autoavaliação, a partir dos seguintes itens:

Itens	de 0 a 10
Se comprometeu com o curso (chegou no horário, número de faltas...)	
Colaborou para as discussões	
Estava presente de corpo e alma nos encontros (não mexeu no celular durante as aulas)	
Soube ouvir os outros	

5) COMO VOCÊ AVALIA A IMPORTÂNCIA DA SUA PARTICIPAÇÃO NESSE CURSO?

- (1) Fundamental (2) Importante
 (3) Não é importante (4) Não tenho elementos suficientes para avaliar

6) COMPARTILHE CONOSCO A SUA AVALIAÇÃO E NOS AJUDE A MELHORAR NOSSOS ENCONTROS

Para facilitar, utilize **PALAVRAS-CHAVES** para responder os itens a seguir:

a) O que NÃO foi BOM?	b) O que FOI BOM?
c) O que PODE MELHORAR?	d) Suas SUGESTÕES?
e) Suas PREOCUPAÇÕES?	

Grato pela sua colaboração!

Figure 9 Questionário de avaliação do curso